

RUPTURAS E (DES)CONTINUIDADES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO EM ANÁLISE AO PNAIC/PMALFA

Silvia Cristiane Alfonso Viédes

silviedes@hotmail.com

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Maria Alice de Miranda Aranda

mariaaranda@ufgd.edu.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFGD)

Patricia Pato dos Santos

ppscgms@gmail.com

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED)

Resumo

Destina-se o artigo a contextualizar a alfabetização da criança brasileira instituída como Política Nacional de Alfabetização na ação que integra o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) como componentes principais para gerir tal processo. Apresenta como objetivo analisar como esses programas educacionais direcionam as ações do professor alfabetizador quanto a apreensão de sua prática docente. Como método, debruça-se no materialismo histórico dialético e como procedimento metodológico, trata-se abordagem qualitativa com revisão bibliográfica e documental. Os resultados apontam para uma política de alfabetização formatada para resultados, elevação de índices e alcance de metas, distanciando-se do alfabetizador reflexivo e crítico, insertos no debate sobre a descontinuidade dos programas de alfabetização.

Palavras-chaves: Materialismo histórico dialético; política nacional de alfabetização; descontinuidade dos programas governamentais.

Introdução

No cenário da política educacional brasileira, a alfabetização constitui-se como tema emergente, porém não decorrente de um problema atual, mas sim de uma herança histórica de raízes colonizadoras. Entretanto, o que essa análise apresenta, sem desprezar o amálgama do passado, é a atualidade da política nacional de alfabetização ou sua pesarosa consequência subsumida pelos programas de alfabetização.

Compreende-se que a forma histórica da alfabetização é tema recorrente nas pesquisas educacionais, assim como os estudos voltados aos programas para esse mérito e nesse sentido, o que se encontra no panorama das pesquisas são formulações que indicam a descrição dos

programas, a implantação, a implementação e inclusive a trajetória desses, não havendo indicativos que expliquem o porquê da terminalidade dos mesmos.

Oportuno ressaltar, que o que se tem verificado é o dimensionamento de um programa para outro, assinalando a ausência de um encerramento oficial por parte do governo sobre esses com aplicação da lógica da descontinuidade, explicada mais por inconsistências do que por fatos comprovados dos motivos reais para não dar certo, tornando esse campo incipiente inclusive de pesquisas acerca da descontinuidade dos programas.

A matriz teórica da pesquisa circunda o materialismo histórico dialético, na intenção de clarificar a observação e descrição da prática docente do alfabetizador nas políticas de alfabetização da criança, considerando o avanço das concepções neoliberais no processo da política educacional brasileira o que contribui para o desenvolvimento dessa pesquisa e na interpretação desse fenômeno.

Para tanto, a fundamentação epistemológica sobre mundo e realidade nesse trabalho baseia-se na concepção materialista dialética da realidade e as contradições, conflitos e transformações no movimento de um mundo exterior e do pensamento humano, como preconiza Sanfelice (2008).

Em aproximação ao materialismo histórico dialético pelos panoramas técnico, intelectual e político é que se busca a aproximação com o objeto de pesquisa configurado pela Política Nacional de Alfabetização no sentido de problematizá-lo diante das provocações advindas dessas relações, sobretudo no que tange ao desmonte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para instituir o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), como estratégia concernente ao fortalecimento do processo alfabetizador nos anos iniciais do ensino fundamental.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos valeram-se da pesquisa qualitativa decorrentes de análise dos documentos acerca da política de alfabetização da criança relacionada à prática docente do alfabetizador, inicialmente realizadas capturas dos documentos que preconizam o PNAIC e PMALFA, leituras e fichamentos.

Oportuno destacar que em conformidade com Phillips (1974, p. 87) são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”, os quais incluem diretrizes, pareceres, cartas, memorandos,

diários, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros, etc. sendo a análise destes caracterizada segundo Lüdke e André (1986), pela identificação de informações a partir de questões ou hipóteses de interesse, razões que relacionam tais documentos com a prática docente do alfabetizador.

A política nacional de alfabetização da criança

A constituição de uma política educacional concebida pela dialética e assim, do movimento, exige constante reconstrução da teoria, considerando tratá-la de modo não isolado, no qual o estudo de sua gênese torna-se fundamental. Corroborando com o exposto Gomide e Jacomeli (2016), asseveram que a implementação de uma política pública voltada para alfabetização da criança é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos.

A política de alfabetização da criança ganhou seu vigor consubstanciado à pactuação em nível nacional do PNAIC em 2012 e de lá para cá já sofreu dimensionamentos tal como analisado pela Política Nacional de Alfabetização que integra o PNAIC, regulamentado no âmbito da Portaria nº 826, de 07 de julho de 2017 e PMALFA, regulamentado no âmbito da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018.

Os eixos estruturantes dos programas integrados à política nacional de alfabetização centram-se, pelo PNAIC em formação continuada dos professores alfabetizadores, materiais didáticos e pedagógicos, avaliações e controle social e mobilização (BRASIL, 2017b) e pelo PMALFA em gestão, formação e material. (BRASIL, 2018).

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa responde à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE) enquanto compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças, no máximo até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

A formação continuada de professores como política pública é componente essencial da profissionalização e da valorização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e pautar-se no respeito à experiência adquirida e no direito dos profissionais do magistério de buscarem atualização e aperfeiçoamento ao longo da vida. O PNAIC “[...] não propõe um método específico, não obstante, apresenta várias sugestões metodológicas. Todo o processo de formação está organizado de modo a subsidiar o professor alfabetizador a desenvolver estratégias de trabalho [...]”. (BRASIL, 2015, p. 21).

As análises centram-se na prática docente do alfabetizador, razão pela qual se destacam as discussões ao eixo formação, que pelo PNAIC, em 2013, foi destinada somente ao professor alfabetizador; já no ano de 2016, a Portaria 1.094/2016 integrou a “[...] formação, inclusive em serviço, dos professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos”. (BRASIL, 2016).

Como período correspondente ao ciclo 2017/2018, a formação do Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa foi realizada por um período de sete meses, totalizando a carga horária de 100 horas de atividades presenciais e em serviço para os eixos da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Programa Novo Mais Educação.

Importa destacar que esse incentivo à formação foi subsidiado pela bolsa, concedida aos professores alfabetizadores desde 2013 a 2016; em 2017, a participação na formação passou a ser facultativa e suspendeu-se o subsídio. (BRASIL, 2017a; 2017b).

A produção ocorrida sobre o Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa a partir de sua implementação até os dias atuais no viés materialista busca o propósito de assinalar tanto os aspectos positivos como os negativos, no tocante ao investimento sobre melhorias não somente da produção científica, como também em contribuição ao que se constitui a política nacional de alfabetização na atualidade.

Nesse sentido, o PNAIC deixa de ser o programa oficial que atende à demanda da alfabetização da criança e alia-se na configuração da descontinuidade sobre programas de alfabetização como problema de pesquisa, que por sua vez não é circular na produção acadêmica e se configura como lacuna de estudo.

Dessa forma, constata-se o dimensionamento da política nacional de alfabetização por meio da instituição do Programa Mais Alfabetização como estratégia do Ministério da Educação (MEC), “[...] que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e 2º ano do ensino fundamental”. (MEC, 2018, p.3).

O programa engloba tanto a formação inicial quanto a formação continuada de professores: a formação inicial visando direcionar os estudantes de pedagogia e licenciaturas, para o Programa Residência Pedagógica nos primeiros e segundos anos do ensino fundamental; e continuada com foco no protagonismo das redes centrada na prática e realizada em serviço cujo cerne está na alfabetização e gestão da aprendizagem, incluindo a oferta de mestrado profissional em alfabetização e didática aplicada, voltada aos professores alfabetizadores dos primeiros e segundos anos do ciclo de alfabetização e por fim, formação para equipes da gestão escolar e das secretarias de educação. (BRASIL, 2018).

Procedendo a análise documental, compreende-se que o redimensionamento da política nacional de alfabetização ocorre como estratégia diante os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada com intenção de avaliar o nível de alfabetização da criança ao término do 3º ano do ensino fundamental, e que apontaram para uma quantidade significativa de crianças nos níveis insuficientes de leitura, escrita e matemática.

De acordo com o documento intitulado Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento do Programa Mais Alfabetização, o Ministério da Educação “[...] garantirá apoio adicional – prioritariamente no turno regular – do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador, durante 05 horas por semana, na maior parte dos casos ou em 10 horas em casos específicos”. (BRASIL, SEB/MEC, 2018, p.4).

O referido documento destaca ser o professor alfabetizador responsável pela supervisão do trabalho do assistente de alfabetização e pela integração do Programa com o Projeto Político Pedagógico da escola, ao mesmo tempo em que caracteriza o assistente de alfabetização como sendo responsável:

[...] pela realização das atividades de acompanhamento pedagógico sob a coordenação e supervisão do professor alfabetizador, conforme orientações da secretaria de educação e com o apoio da gestão escolar; pelo apoio na realização de atividades, com vistas a garantir o processo de alfabetização de todos os estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental; pela participação do planejamento das atividades juntamente com a Coordenação do Programa na escola; pelo cumprimento da carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do Programa; por auxiliar o professor alfabetizador nas atividades estabelecidas e planejadas por ele; pelo acompanhamento do desempenho escolar dos alunos, inclusive efetuando o controle da frequência; pela elaboração e apresentação à coordenação de relatório dos conteúdos e de atividades realizadas mensalmente; pelo acesso ao Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento do PMALFA digital para o cadastro das atividades pedagógicas desenvolvidas, para que o Professor ou o Coordenador da escola analisem e validem posteriormente; pelo cumprimento com responsabilidade, pontualidade e assiduidade de suas obrigações com o Programa; pela participação nas formações [...]. (BRASIL, SEB/MEC, 2018, p. 9-10).

Como agentes co-responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico do Programa Mais Alfabetização, destacam-se os assistentes de alfabetização observando-se o disposto na Lei nº 9.608/1998¹ quanto o direito ao ressarcimento

¹ A Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1988, dispõe sobre o serviço voluntário e considera para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 15 jul. 2018.

das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do serviço, podendo ser o professor formado com experiência em alfabetizar crianças, o estudante universitário do curso de Pedagogia, ou habilitado no Magistério em nível médio de formação. (BRASIL, SEB/MEC, 2018).

Nessa direção, com o incentivo ao voluntariado fica nítida a descentralização de responsabilidades do Estado perante a educação à medida que se torna explícita a intenção primeira de redução dos gastos públicos.

Pelo exposto, um dos maiores desafios do processo de redimensionamento da política educacional voltada à alfabetização da criança, na qual o PNAIC passa a ser coadjuvante, está em elevar os resultados da ANA, tendo em vista que continuam insatisfatórios diante do esperado para o 3º ano do ensino fundamental, conduzindo-se tais resultados ao 2º ano do ciclo de alfabetização.

Desta feita, a aproximação dialética entre o objeto de pesquisa, configurado pela Política Nacional de Alfabetização e as relações estabelecidas visando a efetividade desta, coexiste ante a conjectura do ciclo de políticas (PALUMBO, 1989, p. 35) a medida que uma política pública “[...] tem que ser inferida a partir da série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais envolvidos na execução da política ao longo do tempo”, por meio da análise da terminalidade/descontinuidade/dimensionamento dos programas educacionais.

O materialismo histórico dialético e a política nacional de alfabetização

O materialismo enquanto corrente teórica tem um papel técnico ao preparar o sujeito para o mercado; tem um papel intelectual ao compreender que a sociedade é igual, que o trabalho coletivo é o que se tem; e político, no sentido de fazer revolução, mudar, mostrar as contradições que a sociedade é injusta e que a única forma de reverter isso é fazendo a revolução.

Para Marx, a realidade é contraditória e existe um método de compressão capaz de produzir uma ação transformadora. Essa realidade material é determinante do ser e da consciência. Com isso ele separa o materialismo em duas formas: Histórico e dialético.

Na obra ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’, Marx preconiza que o modo de produção capitalista é composto por dois níveis em constante interação na realidade: infraestrutura (produção material da existência) e superestrutura (nível jurídico e político do sistema).

Transpondo tais níveis ao objeto de pesquisa, verifica-se que o que se caracteriza como desmonte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, não configura em âmbito governamental seu fim, ou em outras palavras, não anuncia a descontinuidade desse programa para que passe a vigorar o Programa Mais Alfabetização. O que se pode evidenciar dos programas é apenas a estrutura: a política nacional de alfabetização consubstanciada por projetos mostra apenas as características que permitem visibilidade; não se tendo acesso à formulação da implantação da política no cenário nacional.

A consolidação do Programa Mais Alfabetização, firma seu monitoramento por meio de “informação em sistema”, direcionado ao gestor sem consulta pública. Nesse sentido, dentro de um mesmo modo de produção existem forças econômicas que vão determinar os seres e estes dependendo do contexto histórico podem fazer transformações radicais.

Pressupõe-se o tratamento econômico dado a esses programas pelo alto investimento em formação, material, avaliação e afins, o que pode ser percebido na distribuição desses por quem financia os materiais, para quem é o detentor da produção desses materiais e nas mãos de quem vai parar o produto final. Grande parte dos professores alfabetizadores não se dá conta do investimento apregoado em cada programa voltado à alfabetização.

A partir do momento que se compreende o modo de produção, é possível encontrar a chave para a transformação histórica, que segundo ele é formado dialeticamente por *forças produtivas* (grau de domínio do homem sobre a natureza) e *relações de produção* (grau de organização).

No que diz respeito à educação, o entendimento da dialética, do movimento da história e do homem pode possibilitar o entendimento de que as transformações estruturais ocorreriam a partir do embate e da contradição entre os elementos fundamentais de um modo de produção e a luta de classes.

Portanto, a relevância em problematizar a descontinuidade dos programas voltados à alfabetização é um embate científico, a ser analisado e evidenciado pela pesquisa, pois não se percebem grandes incentivos por parte do governo para que ocorra a formação política do professor alfabetizador, ou seja, sua desalienação. Ao contrário o que temos visto é a reprodução

da lógica de mercado com vistas a resultados e competências; um professor acrítico e não reflexivo em sua ação, perpetuando a reprodução de uma sociedade alienada.

O ‘Manifesto Comunista’ é outra obra que merece ser considerada. Escrita por Friedrich Engels e Karl Marx, em 1848 apregoava que a existência do homem “livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra opressores e oprimidos [...]” (MARX; ENGELS, 2012, p.66). Em síntese, essa afirmativa demonstra o embate entre burgueses versus proletários, evidenciando historicamente a dominação de uma classe sobre a outra, na qual o desenvolvimento acelerado da indústria e a representação política burguesa impulsionou e manteve acesso essa luta de classe:

Entretanto, a burguesia não se deu conta de que as armas de que se serviram para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas- os operários modernos, os proletários (MARX, ENGELS, 2012, p.72).

Tal pressuposto foi firmado porque os proletariados defendiam a abolição da propriedade privada burguesa, criticavam o trabalho assalariado e requeriam representação política por parte dos associados.

Quanto à educação, esta deveria ser pública, gratuita, social ao invés de particular, sem interferência religiosa, moral, etc.: “Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual” (MARX, ENGELS, 2012, p.87).

Desse modo, o Manifesto sugeriu ao movimento operário a substituição da ideologia pela política fundamentada na ciência: “*Proletários de todos os países, uni-vos*” (MARX; ENGELS, 2012, p. 99).

O materialismo pode ser considerado pela atividade sensorial humana como prática e objetiva; o materialismo dialético é uma concepção filosófica que regia o partido marxista-leninista, pois seu paradigma interpretativo é com base no movimento dialético.

Para o materialismo, o problema de mundo estava na desigualdade entre classes sociais, originária da contradição de classes, que aparece como luta, mas é contradição. É propriedade privada, quando parte se torna proprietária dos meios de produção e outros não.

A proposição de se resolver o problema para o materialismo é superar essa contradição, acabar com ela. Estabelecer uma classe só, que todos os membros tenham a mesma participação no processo de produção, contribuem e são proprietários dos meios de produção, se o mundo tem problema e o problema dele é a desigualdade, para resolver é superar a contradição.

Ao pensar em proposições ao contexto do materialismo, toda pessoa é sujeito da história porque ela age com o mundo, interpreta com o mundo e constrói a história dele, sendo o sistema usado para alienar os sujeitos, para que não percebam a contradição.

Essa alienação é feita de duas formas: uma delas é ignorância, (falta de escola, não saber pensar, não saber analisar), esconder as contradições entre estrutura e superestrutura, só deixar ver a estrutura que é aparente. A sociedade, o mundo, a parte que aparece é a estrutura e o que se esconde é a superestrutura, ou seja, a sociedade não sabe as bases reais que a sustentam, por isso torna-se alienada e por fim com sua atenção desviada, razão pela qual a formação política do professor alfabetizador distancia-se das bases centradas em práticas ditas reflexivas.

A contradição é alimentada por um processo de alienação e se a educação tem um papel de libertar, desalienar, expor as contradições e preparar as pessoas para superá-las, ou seja, fazer a revolução, então a educação é o problema do mundo, em contradição, no qual o papel do conhecimento é a produção técnica.

O materialismo não prevê distribuir a miséria, mas a riqueza, o conhecimento humano e político para superar a condição de desigualdade. Pode-se afirmar que o materialismo histórico dialético contempla os aspectos ontológico, porque a concretude da prática docente explica o trabalho da alfabetização, e gnosiológico, ao considerar que a objetividade concreta de alfabetizar é o ponto de partida para compreensão do conhecimento de mundo.

Nesse cenário, a prática docente do alfabetizador deve considerá-lo como ser social, histórico, inserido em um contexto econômico, político e cultural, que vivencia a realidade social do processo alfabetizador e é capaz de transformar esse contexto.

A guisa de conclusões

A problemática se faz presente no cenário da política educacional tanto para os que defendem o dimensionamento/reconfiguração que atende uma demanda mercadológica voltada para resultados, quanto para aqueles que se preocupam além da quantidade, mas sobretudo, com a qualidade em alfabetização.

Constata-se que a maior preocupação da política educacional voltada à alfabetização da criança, está em elevar os resultados da ana, tendo em vista que tais resultados continuam insatisfatórios diante do esperado para o ciclo de alfabetização.

Diante da formulação das políticas pelo contexto neoliberal, que formata a escola para resultados, a prática docente do alfabetizador volta-se às proposições da agenda governamental:

alfabetizar pode ser visto como tarefa para elevar índices e atingir metas e nesse sentido, distancia-se do alfabetizador reflexivo e crítico.

Para mudar isso, é preciso expor as contradições, fazer a revolução, enxergá-las e superá-las. Esse artigo espera constituir-se como mais um componente de investigação que contribui para uma proposição maior, em aproximação da realidade da prática docente do alfabetizador, na busca de um plural de liberdade na qual o sujeito possa, de fato, desenvolver-se plenamente.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Caderno de Apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2015.

BRASIL. Portaria nº 1.094 de 30 de setembro de 2016. Nova Redação dada à Portaria nº 867 de 04 de julho de 2012 que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2016.

BRASIL. Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2017a.

BRASIL. **Documento Orientador**. PNAIC em ação 2017. Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: < <http://pacto.mec.gov.br/documento-orientador>>. Acesso em 05 dez. 2017.

BRASIL. Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. Institui o programa Mais Alfabetização. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2018.

BRASIL. **Programa Mais Alfabetização**. Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento. Abril 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>.

GOMIDE, D. C.; JACOMELI, M. R. M. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 15°. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PALUMBO, D. J. **A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1994. p. 35-61.

PHILLIPS, B.S. **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2ªed. Campinas: Autores Associados, 2008.